



## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**Aquisição equipamentos informáticos e sistemas de informação e catálogos  
integrados em bibliotecas da CIM do Tâmega e Sousa**  
Concurso Público Internacional

AVISO N.º Orientação Técnica Nº12/C04-i01/2022, Investimento RE-C04-i01 - Redes Culturais e  
Transição Digital (PRR),  
Medida C04-i01-m01 – Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos  
culturais  
submedida “Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes online e sistemas de  
informação e catálogos integrados, para 239 bibliotecas públicas”

CPV 30230000-0 e 48000000-8

---

Penafiel, novembro de 2024

## ÍNDICE

Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso.....	3
Artigo 2.º – Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º – Decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º – Plataforma eletrónica e forma de comunicação.....	4
Artigo 5.º – Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	4
Artigo 6.º – Preço base .....	4
Artigo 7.º – Pedidos de esclarecimentos.....	4
Artigo 8.º – Erros e omissões.....	6
Artigo 9.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade .....	6
Artigo 10.º – Proposta e seus elementos .....	6
Artigo 11.º – Modo de apresentação da proposta.....	7
Artigo 12.º – Documentos que constituem a proposta .....	8
Artigo 13.º – Propostas variantes e negociação.....	9
Artigo 14.º – Prazo para apresentação das propostas .....	9
Artigo 15.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	10
Artigo 16.º – Prazo de manutenção das propostas.....	10
Artigo 17.º – Esclarecimentos e suprimento das propostas .....	11
Artigo 18.º – Critério de adjudicação .....	11
Artigo 19.º – Análise das propostas e relatório preliminar .....	12
Artigo 20.º – Audiência prévia.....	13
Artigo 21.º – Relatório final .....	14
Artigo 22.º – Adjudicação .....	14
Artigo 23.º – Notificação da decisão de adjudicação .....	14
Artigo 24.º – Documentos de habilitação .....	14
Artigo 25.º – Caução .....	15
Artigo 26.º – Caducidade da adjudicação.....	15
Artigo 27.º – Redução a escrito do contrato .....	16
Artigo 28.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato .....	16
Artigo 29.º – Formalização do contrato .....	16
Artigo 30.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário.....	16
Artigo 31.º – Sigilo .....	17
Artigo 32.º – Legislação aplicável .....	17
Artigo 33.º – Contagem dos prazos .....	17
Artigo 34.º – Resolução alternativa de litígios .....	17
Artigo 35.º – Anexos .....	18

**Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso**

1. O presente programa de procedimento compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual para fornecimento de bens de “Equipamentos informáticos e sistemas de informação e catálogos integrados em bibliotecas da CIM do Tâmega e Sousa”.
2. A aquisição deste serviço de formação tem por base a execução da operação/submedida “Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes online e sistemas de informação e catálogos integrados, para 239 bibliotecas públicas” – Orientação Técnica Nº12/C04-i01/2022, Investimento RE-C04-i01 - Redes Culturais e Transição Digital (PRR), Medida C04-i01-m01 – Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais
3. A presente prestação de serviços, cuja adjudicação será feita por lotes, correspondendo cada lote a um contrato e cumprirá com as especificações técnicas constantes do presente programa de procedimento e caderno de encargos.
4. Cada lote poderá ser composto por uma ou várias referências, considerando-se um lote, obrigatoriamente, o conjunto de todas as referências que o compõem.
5. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Artigo 2.º – Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), com sede na Avenida José Júlio, n.º 42, 4560-547 Penafiel, com os números de telefone (+351) 255718340 e fax (+351) 255718349 e com o endereço eletrónico [central.compras@cimtamegaesousa.pt](mailto:central.compras@cimtamegaesousa.pt).

**Artigo 3.º – Decisão de contratar**

A decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do CCP, foi tomada pelo Conselho Intermunicipal, em 26/11/2024, conforme consta da informação fundamento n.º 998/2024 – SigmaDoc dos Serviços da CIM do Tâmega e Sousa.

**Artigo 4.º – Plataforma eletrónica e forma de comunicação**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma eletrónica, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, e apresentar propostas, para além dos demais atos previstos na lei.

**Artigo 5.º – Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. As peças do presente procedimento são o programa do procedimento, caderno de encargos e o anúncio.
2. O programa do procedimento é integrado pelos anexos identificados no mesmo.
3. O presente programa do procedimento, o caderno de encargos e seus anexos encontram-se patentes na plataforma eletrónica, desde a data da publicação do anúncio e até ao termo do prazo para a apresentação de propostas.
4. Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após terem efetuado o respetivo registo na plataforma eletrónica.

**Artigo 6.º – Preço base**

O montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1, do CCP, é 249 878,00€ (Duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e setenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**Artigo 7.º – Pedidos de esclarecimentos**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do

procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os mesmos ser solicitados, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, regendo-se esta matéria, no demais, pelo disposto no artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação identificada no artigo 4.º e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
5. Sem prejuízo do referido no número anterior quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros e omissões.
6. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, devendo ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.
8. Em casos devidamente fundamentados, poderá o júri praticar os atos que se refere o presente artigo, devendo os mesmos ser objeto de ratificação pela entidade adjudicante.

**Artigo 8.º – Erros e omissões**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, através da plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior, regendo-se esta matéria, no demais, pelo disposto no artigo 50.º do CCP.

**Artigo 9.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro legalmente atendível, os concorrentes podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, aplicando-se os demais termos previstos no artigo 66.º do CCP.

**Artigo 10.º – Proposta e seus elementos**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa do procedimento, caderno de encargos e demais documentos anexos.

3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais que, nesse caso, deverão apresentar um documento oficial que lhes confira tais poderes.

**Artigo 11.º – Modo de apresentação da proposta**

1. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato .zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. No caso em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como, preencher o formulário principal.
5. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade contratante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica, pode a

entidade contratante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

8. O preço da proposta será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
9. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
10. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
11. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

#### **Artigo 12.º – Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública com os pontos I a III devidamente preenchidos de acordo com as instruções do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2016/7, da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e conforme modelo constante do Anexo IV ao presente programa de procedimento, o qual deverá ser preenchido, exportado no formato .pdf e assinado tal como os restantes documentos, devendo ser igualmente submetido na plataforma eletrónica. Na hipótese de apresentação em agrupamento, deve ser apresentado um Documento Europeu Único de Contratação Pública distinto que contenha as informações exigidas nas partes II e III do seu formulário, conforme instruções do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2016/7, da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, relativamente a cada um dos operadores económicos participantes no referido agrupamento;
  - b) Proposta de preço elaborada por referência ao modelo do Anexo III com a indicação expressa do Lote a que concorre e expresso em numerário e por



- extenso, que terá de ser inferior aos preços base definidos no artigo 6.º do presente programa de procedimento, sob pena de exclusão da proposta;
- c) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
  - d) No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de pessoas coletivas, declaração assinada pelos respetivos representantes da intenção de constituição de agrupamento, indicando a figura jurídica a adotar;
  - e) Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada, de acordo com o modelo constante do Anexo II ao presente programa de procedimento;
  - f) Certidão permanente, se aplicável.
2. Os anexos a que se referem as alíneas anteriores devem ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, devendo ser preenchidas apenas as “células” indicadas para preenchimento, não podendo, em caso algum, ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração constante do Anexo I do programa de procedimento, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao referido Anexo os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 13.º – Propostas variantes e negociação**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 14.º – Prazo para apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica, até às 17h00 do 30º (trinta) dia contado da data do envio do anúncio para publicação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3. A data-limite fixada no número 1 do presente artigo pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação do prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas e desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade Contratante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado, nos termos do artigo 137.º do CCP.
6. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número 1 do presente artigo.

**Artigo 15.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

**Artigo 16.º – Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

**Artigo 17.º – Esclarecimentos e suprimento das propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados sobre as propostas pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos números 1 e 3 do presente artigo, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Artigo 18.º – Critério de adjudicação**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o critério de avaliação o preço.
2. as situações em que, resulte uma classificação final, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeito de desempate, os seguintes critérios:
  - a) Sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
    - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;

- ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
- iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

**Artigo 19.º – Análise das propostas e relatório preliminar**

- 1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise das mesmas.
- 2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica, bem como desse facto serão notificados todos os concorrentes.
- 4. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 5. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentados por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
  - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo código;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos e elementos exigidos nos

- termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no artigo 11.º do presente programa de procedimento;
- e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 57.º do CCP;
  - f) Que não cumpram o que resulta do disposto no número 2 do artigo 11.º do presente programa de procedimento;
  - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
  - h) Cujo preço contratual seja superior ao(s) preço(s) base(s) do Lote ou Lotes a que concorre;
  - i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras do presente programa de procedimento;
  - l) Cujas análises revele alguma das demais situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
6. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta para o mesmo lote, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o Júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.
7. Do relatório preliminar deve ainda constar uma referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

#### **Artigo 20.º – Audiência prévia**

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica, para que num prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciem sobre o teor do mesmo.
2. Durante a fase de audiência prévia, cada concorrente tem acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que os concorrentes tenham prestado à entidade adjudicante, bem como às versões integrais das propostas apresentadas, exceto nas partes que tenham sido consideradas confidenciais nos termos previstos no artigo 9.º do presente programa de procedimento.

**Artigo 21.º – Relatório final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir pela aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

**Artigo 22.º – Adjudicação**

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

**Artigo 23.º – Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, através de plataforma eletrónica.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente programa de procedimento e nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

**Artigo 24.º – Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica, no prazo 10 (dez) dias a contar da

notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) nos termos da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Indicação do ponto de contacto e respetivos endereço de e-mail e telefone;
  - f) Número de identificação pessoal e número de identificação fiscal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica, cumprindo-se em momento contemporâneo o disposto no artigo 85.º do CCP.
3. Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de três dias para a respetiva supressão.

#### **Artigo 25.º – Caução**

Não é exigível caução.

#### **Artigo 26.º – Caducidade da adjudicação**

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º, todos do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 105.º do CCP.

**Artigo 27.º – Redução a escrito do contrato**

1. O Contrato a celebrar com o fornecedor selecionado será reduzido a escrito, no qual serão fixados os termos do contrato a celebrar.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**Artigo 28.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato**

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º do presente programa de procedimento.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

**Artigo 29.º – Formalização do contrato**

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário é notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
2. O órgão com competência para a decisão de contratar comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a assinatura do contrato.
3. A assinatura do contrato far-se-á por meios eletrónicos.

**Artigo 30.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário**

1. Constituem encargo dos concorrentes as despesas com a elaboração das respetivas propostas.
2. As despesas e encargos decorrentes da celebração do contrato são por conta do



adjudicatário.

#### **Artigo 31.º – Sigilo**

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

#### **Artigo 32.º – Legislação aplicável**

Em tudo o que se revelar omissos no presente programa do procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com alterações, sendo as mais recentes as introduzidas pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março.

#### **Artigo 33.º – Contagem dos prazos**

Todos os prazos previstos no presente programa de procedimento contam-se em dias úteis, com exceção do prazo de apresentação de propostas que se conta em dias seguidos.

#### **Artigo 34.º – Resolução alternativa de litígios**

1. A CIM do Tâmega e Sousa aceita a jurisdição do centro de arbitragem institucionalizado designado Centro de Arbitragem Administrativa, com sede na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 1050-091 Lisboa ([www.caad.org.pt](http://www.caad.org.pt)), para a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual, seguindo-se os respetivos regulamentos, designadamente quanto ao modo de constituição e regime processual.
2. O interessado aceita submeter a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual ao centro de arbitragem institucionalizado designado Centro de Arbitragem Administrativa, com sede na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 1050-091 Lisboa ([www.caad.org.pt](http://www.caad.org.pt)), nos termos dos respetivos regulamentos, designadamente quanto ao modo de constituição e regime processual.

**Artigo 35.º – Anexos**

Fazem parte integrante do presente programa de procedimento, os seguintes anexos:

- a) Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada;
- c) Modelo de proposta de preço;
- d) Documento Europeu Único de Contratação Pública com os pontos I a III, a ser preenchido de acordo com as instruções do anexo I do Regulamento de Execução (EU) 2016/7, da Comissão Europeia de 5 de janeiro de 2016.

**ANEXO I**

**Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos**

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

**ANEXO II**

**Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), interessado(a) na aquisição de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada (2) aceita, nos termos do disposto no artigo 476.º do Código dos Contratos Públicos, submeter a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual ao centro de arbitragem institucionalizado designado Centro de Arbitragem Administrativa, com sede na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 1050-091 Lisboa ([www.caad.org.pt](http://www.caad.org.pt)), nos termos dos respetivos regulamentos, designadamente quanto ao modo de constituição do tribunal e regime processual.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do interessado(a) (3)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

**ANEXO III**

**Modelo de proposta de preço**

<b>Lotes</b>	<b>Curso</b>	<b>Custo por ação</b>	<b>N.º de ações</b>	<b>Valor total s/IVA</b>	<b>Valor total c/IVA</b>
Lote 1					
	<b>Valor total Lote 1</b>				
Lote 2					
	<b>Valor total Lote 2</b>				
Lote 3					
	<b>Valor total Lote 3</b>				
Lote 4					
	<b>Valor total Lote 4</b>				

